

## **A EDUCAÇÃO DE D. PEDRO II, IMPERADOR DO BRASIL.**

Marli Maria Silva Quintanilha

Profa. Dra. Celina Midori Murasse (orientadora)

É um estudo sobre a educação brasileira no período de 1822 a 1889, que tem como objeto, a formação refinada recebida por Pedro II, a qual contrastava com a educação que estava destinada ao povo brasileiro.

Esta pesquisa será realizada do ponto de vista histórico e tratará dos problemas da educação a partir das relações sociais produzidas pelos homens que, ao transformarem a realidade na qual estão inseridos, se transformam junto com ela. Nessa perspectiva, a história da Educação não possui vida própria, mas está condicionada às mudanças desencadeadas pela construção humana. A educação forma, portanto, os homens necessários a cada época. Deste modo, aqui no Brasil, era preciso formar aqueles que dariam sustentação ao Estado Imperial bem como cuidar da formação do futuro Imperador Pedro II, aquele que conduziria os destinos do país.

A justificativa deste trabalho se encontra na tentativa de situar, no contexto de sua época, este importante personagem da história do Brasil que é muito citado, porém pouco estudado. Embora tenha desempenhado a função mais elevada do regime monárquico, ele se absteve, por vezes, de intervir e influenciar nos rumos dos grandes problemas nacionais – entre eles o da Educação Pública.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico que prioriza fontes documentais primárias impressas tais como, cartas, discursos, leis e projetos do período bem como publicações periódicas. Serão utilizadas também, fontes secundárias impressas de autores, tanto contemporâneos quanto do século XX, que abordam a temática e o período delimitado para este estudo.

A relação do tema com o contexto atual reside na compreensão de que muitos dos problemas que a escola pública enfrenta na atualidade tiveram origem na forma como foi processada a organização do sistema de ensino que sofreu as influências dos momentos sociais e políticos que marcaram a nossa sociedade.

Devido às transformações produzidas pelo modo de produção capitalista, houve uma modificação na forma de organização do trabalho, conseqüentemente, na organização política. Estas alterações provocaram um extenso debate sobre a educação popular entre os representantes de diferentes segmentos da sociedade. No entanto, no plano das realizações quase nada foi feito. Pouco se sabe acerca das inquietações que levaram os homens a se interessarem pela educação popular, e muito menos sobre a inércia do imperador em movimentar-se neste cenário de amplas modificações no bojo das quais estava o futuro da nação.

O Imperador Pedro II nasceu, no Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1825. Com a morte prematura da Imperatriz Leopoldina em 11 de dezembro de 1826, ficou órfão de mãe com um ano de idade. Assim, a educação durante a infância do herdeiro do trono do Brasil, conforme Lyra (1977, p. 275), ficou sob a responsabilidade da sua aia Dona Mariana de Verna Magalhães Coutinho que, em 1844, tornou-se a Condessa de Belmonte. Os princípios da moral cristã que mais tarde norteariam o caráter de Dom Pedro II, prossegue Lyra, foram nele incutidos por esse “anjo protetor”.

D. Pedro I, após abdicar do trono em 7 de Abril de 1831, afirma Lacombe (2003, p. 51), nomeou José Bonifácio de Andrada e Silva como tutor de seu filho D. Pedro II, e se retirou para a Europa, deixando no Brasil seus quatro filhos.

Besouchet (1993, p. 52), descreve a personalidade de José Bonifácio, um homem de caráter forte e dominador, dono de uma férrea vontade. Embora seu tutorado tenha sido efêmero, sua figura imponente, acentuada ainda mais pela velhice, exerceu importante influência sobre o príncipe.

De acordo com Pimentel (1925 p. 23), o afastamento precoce de Pedro II de seus pais, “[...] reforçou, provavelmente, as divergências já existentes entre a essência mesma do seu ser e a dos seus antepassados e fez com que a educação tivesse maior influência na formação do seu caráter do que a hereditariedade”.

O sistema educativo rígido comparado a um regime de reclusão, ministrado à Dom Pedro II, foi mais tarde objeto de questionamento por parte de alguns historiadores, que indagavam qual teria sido o resultado se a educação do príncipe tivesse sido mais liberal, menos livresca: “[...] a história do Brasil teria sido diferente”, afirma Besouchet (1993, p. 52-53).

Destituído do seu cargo em 14 de dezembro de 1834, José Bonifácio foi substituído por Itanhaém, esclarece Besouchet (1993, p. 54). Ao seu lado, colaborando com a educação de Pedro II, no sentido moral, espiritual e físico, estavam: “[...] Cândido José de Araújo Viana, Visconde e depois Marquês de Sapucaí, senador do Império, professor de latim, literatura e ciências positivas.”

Felix Emile Taunay, o Barão de Taunay, prossegue Besouchet (1993, p. 55), ensinava Geometria e história. Segundo a autora o Barão era um homem possuidor de uma ampla cultura e gosto fino, de quem Pedro II, à margem de um livro de sua própria autoria, fez o seguinte comentário: “[...] Devo-lhe muitíssimo, principalmente quanto ao amor ao belo e seu cultivo.”

Luis Aleixo Boulanger, foi o professor de Caligrafia, continua Besouchet (1993, p. 55); o padre Renato de Boiret, professor de primeiras letras; Roque Schuch, o futuro Barão de Capanema, lecionava alemão, italiano e história universal; a língua inglesa era-lhe ensinada por Nataniel Lucas – Simplicio Rodrigues de Sá, professor de pintura e desenho – aprendia ciências naturais com Alexandre Vandelli; dança e música eram ministradas por Fortunato Mazziotti e Lourenço Lacomba e, finalmente, esgrima e equitação com Luis Alves de Lima (o futuro Duque de Caxias) e Roberto João Damby. Naquele período, os cadernos de estudos de Pedro II, eram rubricados por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, finaliza Besouchet (1993, p. 56).

Bem cedo, escreve Pimentel (1925, p. 23), D. Pedro II mostrou interesse pelos estudos. Antes de completar seis anos de idade, já dominava as línguas escritas portuguesa e inglesa, e estava aprendendo a língua francesa e a gramática.

Apesar de ausente, D. Pedro I, segundo Lyra (1977, p. 18), acompanhou o desenvolvimento intelectual de seu filho através das correspondências que lhe enviava Dona Mariana, às quais respondia relembando sempre a responsabilidade do Monarca e o incentivando a continuar aplicado nos estudos.

Os nove anos que se seguiram à abdicação de D. Pedro I, afirma Pimentel (1925, p. 20), foram de incertezas e de agitações intensas no país. Para garantir a integridade física do soberano, muitas vezes este foi levado para fora da capital, para a Fazenda de Santa Cruz. Este ambiente só serviu para imprimir no menino um espírito reservado: desenvolveu uma precaução generalizada, não confiava em ninguém e era inseguro.

A instrução ministrada a D. Pedro II, afirma Azeredo (1911, p. 91), foi a enciclopédica que era, por tradição, dada aos príncipes. Esta seguia os moldes da Antigüidade, onde o fidalgo perfeito, qualquer que fosse sua posição na sociedade, deveria adquirir noções de tudo: do conhecimento científico à equitação, música, dança, pintura e jogo. Sua educação literária foi também ininterrupta.

No entanto a ampla cultura adquirida pelo Monarca se deve unicamente ao seu esforço. É o próprio Pedro II quem diz: “[...] sou dotado de algum talento. Mas o que sei devo principalmente à minha aplicação; a leitura, o estudo [...]. Nasci para consagrar-me às letras e às ciências [...]” (PEDRO II apud MAURO, 1991, p. 184).

Pedro II demonstrava tal avidez pelo conhecimento que, aponta Pimentel (1925, p. 24-28), empregava até mesmo suas minguadas horas de lazer na tarefa de se instruir e aformosear o seu espírito no cultivo das ciências e da arte dedicando-se, assim, dia e noite à sua instrução, como se percebe nesta passagem do autor: “[...] muitas vezes se erguia do leito para acender a lâmpada que o Bispo de Chrysopolis, seu preceptor, cautelosamente apagara”.

Pedro II, anuncia Besouchet (1993, p. 14), foi dotado de uma grande inteligência e de uma memória prodigiosa, sendo aclamado por contemporâneos de “[...] o governante mais culto de seu tempo.” Ainda na sua meninice, foi seduzido pela ciência e pelas artes e, após ter instalado um observatório no terraço do Paço Imperial, descobriu uma estrela, fato este que causou espanto à sociedade científica.

O futuro monarca afirma Besouchet (1993, p. 14), estava convicto do papel histórico que viria a desempenhar, por isso entregou-se de corpo e alma ao aprendizado da arte de governar. Além de efetuar seus estudos procurou a companhia de gente culta. Ainda jovem, criou o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, cedendo uma das salas do palácio para a instalação da sede do mesmo. Schwarcz (1999, p. 131) afirma que o próprio monarca patrocinava, de seu bolso, alguns projetos e pesquisas de documentos – desenvolvidos pelo Instituto Histórico e Geográfico – que ele considerasse relevantes à história do Brasil.

Acompanhou de perto toda a produção literária e científica que se produzia no Brasil, e seguiu de longe o progresso da ciência no resto do mundo, inteirou-se das descobertas de Darwin e das experiências de Pasteur. Contratou eruditos para visitarem o Brasil e financiou estudos no

exterior para alguns brasileiros. Patrocinou a edição de livros e foi o protetor das ciências e das artes, atesta Besouchet (1993, p. 14).

Em 1840, conforme Cardoso (1979, p. 92), Dom Pedro II, então com quinze anos, foi declarado maior de idade. A partir daí não foram encontrados outros registros sobre os seus estudos. Presume-se, porém, que ele lhes deu continuidade com muita dedicação, pois Cardoso menciona que o Monarca teve professores de sânscrito, árabe e lições de tupi guarani.

Com relação à questão da maioridade, Niskier (1996, p. 120) afirma que com o término da regência, em 24 de Julho de 1840, D. Pedro II começou a desempenhar totalmente suas funções constitucionais, ainda que, só em 1841, tivesse ocorrido a cerimônia de coroação.

O seu primeiro enfrentamento, segundo Sodré (1998, p. 39), foi a respeito de um grande problema político, o da unidade nacional, pois o país estava mergulhado na desordem. Embora no momento da maioridade apenas duas províncias estivessem em clima de revolução, o germe da insurreição estava latente em todo o Brasil. A insatisfação era geral.

Um país desunido, um grupo de políticos cansados das incertezas de um governo Regencial incapaz de cessar uma guerra civil. Esta foi a situação que o menino de quinze anos aceitou com a sua célebre frase “quero já”. (BOMFIM, 1996, p. 196)

No que se refere à Educação Pública, o período que precede à proclamação da maioridade de Pedro II, apresentava-se da seguinte forma: de um lado o governo central desempenhando sua esfera de ação sobre o ensino superior em todo o país, mas era também responsável pelos cursos primário, secundário e profissional da capital; de outro, os governos provinciais que – desde o Ato Adicional de 1834 que instituiu a descentralização do ensino – ficaram encarregados de criar e manter, às suas custas, estabelecimentos de primeiras letras e de nível secundário, nas suas respectivas jurisdições. (NISKIER, 1996, p. 122)

Ainda que sobrecarregado pelos encargos financeiros causados pelos levantes – dos Farrapos no Rio Grande do Sul, a Balaiada no Maranhão e, em 1842, pelos movimentos liberais de São Paulo e de Minas Gerais – o governo Imperial, de acordo com Niskier (1996, p. 125), conseguiu, durante os anos que se seguiram à maioridade, cuidar de vários problemas ligados à educação pública na Corte bem como dos estabelecimentos de ensino superior em todo o país por intermédio do Ministério do Império.

No entanto, continua Niskier (1996, p. 125), foi somente em primeiro de janeiro de 1843 que D. Pedro II falou, pela primeira vez, sobre a educação no Brasil durante a Fala do Trono dirigida à Assembléia Legislativa do Império “[...] Tenho que nesta sessão vos ocupareis desveladamente destes graves assuntos; bem como da Instrução Pública e dos meios de promover a introdução de braços livres, úteis ao país”.

Niskier (1996, p. 126) afirma que o monarca voltaria a falar novamente sobre a educação na Fala do trono de 1865, mostrando assim que eram raríssimas as referências a respeito da Instrução nas formalidades de início dos trabalhos no legislativo: “[...] o desenvolvimento da Educação e Instrução Pública deve ser um dos principais objetos de vosso desvelo. A instrução municipal exige uma reforma baseada nos ditames da experiência”.

Na prática, conforme Holanda e Campos (1985, p. 369), pouco se fez pela Educação Pública. Embora muitos dispositivos constitucionais tenham sido criados, nenhum deles foi cumprido. Esta situação era constante no país: “[...] as leis sempre se distanciaram das realizações”.

Neste sentido afirma Sodré (1998, p. 131), ao invés de promover meios para que as escolas tanto de primeiras letras, como as de artes e ofícios pudessem sobreviver, Pedro II custeava alguns artistas e alguns alunos com dinheiro próprio. Assim, “[...] Pedro II [...] aumentava a lista de pensionados do seu bolsinho.”

Fernandes (1998, p. 162) também mostra o quão pouco se fez, na prática, pelo ensino público. Ele diz que embora na Constituição de 1824 houvesse a determinação de criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilarejos, de escolas para meninas em cidades maiores e a garantia de ensino gratuito de primeiras letras para todos os cidadãos, nada disso foi cumprido. Além disso, prossegue o autor, os professores que ministrariam o ensino primário eram, em sua maioria, leigos. Sem apoio e desconsiderados pelas autoridades, eles se afastavam do magistério.

As escolas de Ensino Normal, que objetivavam o preparo do professor, afirma Fernandes (1998, p. 163), tiveram uma curta trajetória: a de São Paulo, criada em 1846 foi fechada em 1877; a da Bahia, do Ceará e de Niterói, criadas no período de 1830/1850, não foram adiante.

Durante todos os anos do Império, não faltaram homens, parlamentares ou não, que denunciassem a calamitosa situação da educação pública em todo o país:

[...] era latente na sociedade imperial a existência de uma imensa população analfabeta em oposição, de um lado, com um pequeno grupo de profissionais

que bem ou mal desempenhavam sua profissão, e de outro um grupo proveniente dos grandes latifúndios os quais utilizavam seus diplomas, quando não para serem ostentados, serviam para atingirem os altos postos do legislativo e do administrativo, sendo estes cargos utilizados na defesa dos interesses que representavam. (HOLANDA; CAMPOS, 1985, p. 369)

No Brasil, durante muito tempo, argumenta Romanelli (1978, p. 30), as camadas detentoras do poder, com a finalidade de buscar seus próprios interesses, organizaram a educação de uma forma fragmentária, uma vez que esta forma de educação conferia um toque aristocrático e contribuía na manutenção do “status quo” como também auxiliava na promoção entre as camadas sociais.

Embora o período seja de propagação do ideário liberal, o que se adotou no país foram apenas alguns princípios do liberalismo Europeu. Enquanto os europeus defendiam o trabalho livre com a utilização da maquinaria, no Brasil as idéias giravam em torno do livre comércio e da permanência da escravidão. Prado Júnior (1987, p. 143) tem uma explicação para isso: “É que realmente a escravidão constituía ainda a mola mestra da vida do país. Nela repousam todas as suas atividades econômicas, e não havia aparentemente substituto possível. [...] as condições da época ainda não estavam maduras para a abolição imediata do trabalho servil”.

Esta compreensão, atesta Marchant (1946, p. 48), o monarca Pedro II a possuía muito bem, pois todos os problemas do Império tinham um estreito vínculo com essa questão fundamental. Nela estavam alicerçadas as forças econômicas, que eram mais poderosas que a divisão formal da política em partidos. O que tornava os proprietários de escravos conservadores era, sem dúvida, o interesse econômico. Eles formavam um forte e numeroso remanescente do sistema que havia criado a riqueza do Brasil no período colonial e em cujas mãos ela ainda permanecia na época imperial.

No reinado de Pedro II, conforme Sodré (1998, p. 131), delineou-se um panorama tumultuoso. O Brasil atravessou fases decisivas, consolidou a sua maravilhosa unidade, firmou a sua política externa. Acertou o problema da escravidão, submeteu a sociedade a uma mudança visível, benefício este que é próprio do movimento da civilização. Percebeu a instabilidade das províncias e aumentou suas riquezas. Inaugurou novas possibilidades para a lavoura com as ferrovias e colocou o país em contato com a Europa através do telégrafo e da navegação a vapor. Deu início à sua industrialização. Alterou o destino de sua caminhada conforme a marcha do mundo e sofrendo os efeitos das mudanças externas no seu modo de vida.

No entanto no que se refere ao plano social, quase não houve modificações, afirma Fernandes (1998, p. 177). As preocupações com a educação e a cultura tiveram início com a vinda da família real para o Brasil, porém as mudanças permaneceram quase que estritamente no plano das idéias.

O ensino brasileiro assinala Fernandes (1998, p. 162), ou “Escolas de Primeiras Letras” – a cargo dos Governos Provinciais – foi praticamente ignorado pelas autoridades brasileiras, durante todo o período imperial. O total abandono da instrução pública oficial cedia lugar às instituições educativas das ordens religiosas, ficando nas mãos da Igreja Católica a primazia na formação dos futuros líderes do país.

No entanto à medida que esta pesquisa se aprofunda, apesar de encontrar na pessoa de Pedro II uma preocupação com criação de escolas públicas, afirma Azeredo (1911, p. 82), existe uma timidez e uma hesitação no que se refere aos empreendimentos que as potencialidades do Brasil podiam permitir naquele momento.

D. Pedro II governou o Brasil durante 49 anos, parte dos quais esteve rodeado por artistas e intelectuais. Entretanto, o erudito Imperador – que freqüentemente recebia cientistas, escritores, poetas e músicos – pouco ou quase nada fez para arrefecer a grande taxa de analfabetos do país.

Nesse sentido, Besouchet, (1993, p. 74) argumenta que Pedro II, durante quase meio século de reinado, primou por não permitir que suas aspirações pessoais e suas preferências influíssem sobre os interesses do Estado. Quem sabe resida aí todas as respostas para os questionamentos propostos no presente trabalho.

No entanto seria temerário fazer qualquer afirmativa nesse sentido, uma vez que a pesquisa se encontra na fase inicial. As respostas para os questionamentos que deram razão a este trabalho, há que se ressaltar, serão esboçadas durante o curso da investigação que poderá criar oportunidades para melhor interpretar, revelar e promover o conhecimento das fontes que integram um processo de pesquisa, ao mesmo tempo em que poderão modificar alguns pressupostos, dando lugar a uma interpretação mais adequada do aspecto e do movimento deste período da história da Educação Brasileira.

## Referências

AZEREDO, Carlos Magalhães de. **Dom Pedro II: traços da sua physionomia moral**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1911.

BESOUCHET, Lídia. **Pedro II e o século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1986.

FERNANDES, Aldo Demerval Rio Branco et al. **História do Brasil Império**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de ; CAMPOS, Pedro Moacyr (Orgs.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: FCA-USP, 1985.

LACOMBE, Américo Jacobino ; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A vida dos grandes brasileiros**. São Paulo: Editora três, 2003.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II – 1825 a 1891**. São Paulo: EDUSP, 1977. v. 1 e 2.

MARCHANT, Anyda. A sorte não o permitiu. **Em pauta: Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 192, p. 46-59, jul.-set. 1946.

MAURO, Frédéric. **O Brasil no tempo de Dom Pedro II: 1831-1889**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de História 1500-2000**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

PIMENTEL, Mesquita. **Biografias de brasileiros ilustres. D. Pedro II, seu caráter, seu governo sua influência sobre a política e os costumes de seu tempo**. Petrópolis: Papelaria Silva, Comissão do Centenário de D. Pedro II, 1925.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.